

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete Dep. Homero Castelo Branco

Exm^o. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí

LIDO NO EXPEDIENTE
Em: 29/09/03

Encaminhado às Comissões Técnicas
Em: 29/09/03
Presidente

HOMERO CASTELO BRANCO, Deputado Estadual pelo Partido da Frente Liberal - PFL, com assento nesta Casa Legislativa, vem, nos termos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, **requerer**, o recebimento e distribuição para a devida efetivação da presente proposição de DECRETO LEGISLATIVO (doc. Anexo).

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2003.

HOMERO CASTELO BRANCO
Deputado Estadual

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se ao Protocolo
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

Orgão	AL
Número	AL-2988/03
Data	29/09/03
Assunto	rec. e dist. p/a
Matrícula	devida p. Dec. Leg.
Rubrica	
Matricula	

PROJETO DE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 055/03 DE 29 DE SETEMBRO DE 2003.

SUSTA OS DEFERIMENTOS DE
ADESÕES E ATOS DE DEMISSÕES,
QUE ESPECIFICA, RELATIVAS AO
PROGRAMA DE DESLIGAMENTO
VOLUNTÁRIO – PDV; INSTIUÍDO PELA
LEI Nº 4.865/96, DE 08 DE OUTUBRO
DE 1996, EM DECORRÊNCIA DE
IRREGULARIDADES DETECTADAS NO
PROGRAMA.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí,

FAÇO saber que o Poder Legislativa, nos termos do art. 27, inciso V, alínea f, do Regimento Interno e na conformidade do art. 63, inciso II, da Constituição Estadual, aprovou e, em obediência ao disposto no art. 19, inciso VI, alínea j, do mesmo Regimento, promulgo o seguinte:

Considerando que compete privativamente à Assembléia Legislativa sustar os atos normativos do Poder Executivo que excedam os limites de sua competência, na forma da Constituição Estadual (art. 63, II);

Considerando as disposições do Decreto Legislativo Nº 121/98, de 12 de novembro de 1998, com fulcro nas conclusões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Portaria nº 03-A/97;

Considerando que em decorrência de prazo, não foi dada oportunidade a todos os aderentes ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, quando da realização da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, retro indicada;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, que deve nortear as relações de trabalho entre servidores e a Administração Pública;

Considerando que as alegações constantes dos depoimentos dos servidores que depuseram na Comissão Parlamentar de Inquérito retro indicada são os mesmos dos servidores que ingressaram em juízo requerendo a readmissão ao serviço público;

Considerando a unanimidade das diversas decisões judiciais de primeiro grau, mandando reintegrar os demandantes ao serviço público;

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se ao PTO-
Celo
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Considerando os impedimentos elencados nos incisos do art. 7º da Lei 4.865/96, de 08 de outubro de 1996, que instituiu o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PDV, e dá outras providências.

Considerando a necessidade de servidores públicos nos diversos órgãos do Estado, demonstrada através das diversas contratações temporárias;

Considerando a experiência, a disposição e a determinação dos servidores aderentes ao Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PDV, que ingressaram em juízo no prazo da Lei, para retornar ao serviço público;

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Ficam suspensos os deferimentos dos pedidos de adesão e os atos de demissão relacionados com o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PDV, instituído pela Lei 4.865/96, de 08 de outubro de 1996, relativo aos servidores que comprovarem ter ingressado em juízo até o dia 31 de dezembro de 2002.

§1º - A determinação constante no **caput** deste artigo surtirá efeito desde a data do efetivo desligamento do servidor, devendo ser considerado como tempo de serviço, para todos os efeitos, o período em que estivera desligado, sendo-lhes devido os salários correspondentes ao período de afastamento.

§2º - A imediata efetiva reintegração dar-se-á, após a publicação do presente Decreto Legislativo, com os mesmos direitos e obrigações inerentes ao cargo que o servidor ocupava quando da data do desligamento.

§3º - Os servidores de órgão extinto serão absorvidos pelo órgão substituto, nos demais casos serão lotados pela Secretaria de Administração atendida a experiência do cargo anterior do servidor;

Art. 2º. Os valores percebidos quando da demissão pelo PDV serão devolvidos ao erário público, com exceção do montante referente aos direitos adquiridos, na forma do parágrafo 3º, do art. 21, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994.

Parágrafo único: Será permitida a compensação entre os valores mencionados no **caput** deste artigo e os relativos a remuneração devida pela reintegração do servidor.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

06
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Palácio Petrônio Portella, em Teresina (PI), _____ de setembro de 2003.

Deputado Kleber Eulálio
Presidente